

## **EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS DA EXTENSÃO PARA UMA REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA<sup>1</sup>**

Dimas Brasileiro Veras<sup>2</sup>

É uma grande alegria estar com vocês aqui no III ENEX nesta ilustre mesa composta pela professora Helena Singer, pelo professor Eliezer Pacheco e mediada pelo reitor Cícero Nicácio. Em algum aspecto espero que minhas vivências e pesquisas sobre Paulo Freire e a história cultural da educação possam contribuir com nosso debate de hoje.

Como historiador que sou não poderia deixar de indagar sobre o território histórico de produção da pedagogia de Paulo Freire e de suas contribuições à extensão e à educação popular a partir das relações que marcam o fim da ditadura do Estado Novo, o advento da República e o regime militar.

A nascente República Populista foi assim conceituada, sobretudo, pelos embates que condicionaram uma profunda contradição histórica: uma democracia liberal representativa que cerceava a cidadania de sua população majoritariamente analfabeta e a emergência das classes populares na disputa política.

Percebam que o conflito está justamente assentado num sistema que nega direitos sociais, políticos e civis, sobretudo o voto, de uma população que paulatinamente vai ganhando consciência e organização de classe a partir de partidos, sindicatos rurais e urbanos, movimento estudantil, movimentos de educação e cultura popular, etc.

Percebem-se, também, as articulações dos sujeitos históricos com as organizações sociais para a modernização regional e nacional. Estes agenciamentos contribuíram ao longo de três décadas com a transição de uma sociedade predominantemente rural/agrária para uma sociedade urbano/industrial ainda hoje recalcitrante.

Em um âmbito internacional, a Guerra Fria polarizava o mundo entre os defensores do capital internacional e os que lutavam pela pelas reformas e revoluções de cunho popular.

Neste mesmo prisma, os movimentos de descolonização afro-asiática e as lutas sociais em toda América Latina animavam corações e mentes de estudantes e de trabalhadores.

Os sonhos de um país forte e desenvolvido determinaram a criação de grandes estatais como o Banco Nacional do desenvolvimento (BNDE) (1952), a Petrobras (1953), a

---

<sup>1</sup> Conferência apresentada no III Encontro de Extensão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) (IIIENEX). Realizado na Cidade de Areias, PB entre os dias 23 a 26 de setembro de 2015.

<sup>2</sup> Professor do IFPB. Mestre em História. Doutorando pelo PPGH/UFPE. Diretor de Gestão das Atividades de Extensão do IFPB.

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1959), a Eletrobrás (1962), bem como, a expansão do sistema educacional brasileiro.

Estas lutas convergiriam na véspera do golpe no Plano Nacional de Reformas de Base que questionava em diversas dimensões o *status quo* da casa grande: reforma urbana, reforma agrária, reforma político-eleitoral, reforma educacional, reforma tributária, dentre outras.

Até mesmo no seio da Igreja Católica, destacavam-se, igualmente, grupos que mobilizado em torno do método ver-julgar-agir moviam-se em direção as pautas das reformas sociais: Ação Católica e suas juventudes (JUC, JOC, JIC, JEC). Todos profundamente inspirados pelo Papa João XXIII, também franciscano como o Papa Francisco, e pelo concílio do Vaticano II com as encíclicas *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra - 1961) e *Pacem in Terris* (Paz na terra - 1963). Ali estavam as sementes da teologia da libertação e de nossos parceiros sociais das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais.

Ademais, a pré-revolução brasileira animada por Celso Furtado e pela SUDENE planejava o desenvolvimento não apenas ao som da Bossa Nova, mas às luzes do Cinema Novo e da cênica do Teatro de Arena, do coco de Jakson do Pandeiro, da ciranda do Movimento de Cultura Popular e de toda potência conjugada pela interseção arte e revolução.

Foram anos marcados por uma ampla mobilização educacional. Neste sentido, a criação do Movimento de Cultura Popular, em 1960, foi um ponto incisivo na luta em defesa das formas de expressões populares e tradicionais.

Destaco, ainda, a criação no mesmo ano do Teatro Popular do Nordeste, liderado por Hermilo Borba Filho e Ariano Suassuna e, tão logo, o surgimento dos novos movimentos sociais da educação e da cultura tão amplamente estudados pelo professor Osmar Fávero: (CEPLAR, CPCs, MCPs, MEB, SEC, etc.).

Estes movimentos ganharam grande repercussão internacional através da Pedagogia Paulo Freire e do círculo de cultura de Angicos (RN), realizado em abril de 1963. Na ocasião, afirmava o educador: “A Universidade [...] consciente da sua tarefa a cumprir, renuncia ao saber exotérico e alienado que caracteriza ainda a universidade brasileira.” (FREIRE, 1963, p. 1).

O círculo de extensão de Angicos era fruto do trabalho de Paulo Freire e sua equipe do Serviço de Extensão Cultural Universidade do Recife (SEC/UR) com os parceiros sociais do Movimento de Cultura Popular e dos mocambos do Recife.

Criado em 1962 por Paulo Freire e pelo reitor João Alfredo, o SEC/UR foi a primeira experiência sistemática e orgânica da extensão no Brasil.

Desta forma, gostaria de retomar os trabalhos publicados por Freire naqueles anos para pensar o tema da educação popular como práxis da extensão.

Ainda em 1958, Paulo Freire e seus colaboradores apresentaram um relatório no II Congresso Nacional de Educação de Adultos intitulado: “A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”.

Na ocasião o grupo defendia um processo de alfabetização e de letramento cujo educando surgia como sujeito produtor do aprendizado e de sua consciência histórica. Por outro lado, não deixaram de sublinhar a educação como um problema político e sociocultural do Brasil.

Este primeiro trabalho traz, assim, dois pontos fundamentais para pensar a práxis da extensão: a educação como um processo coletivo de conscientização e emancipação popular e o problema da educação como um desafio substantivamente sociocultural e político.

Doravante, Freire se apropriaria de sua experiência nos movimentos sociais e na universidade para pensar as contradições da educação brasileira. Esta reflexão ficou registrada em tese apresentada em 1959: “Educação e atualidade brasileira” (2003).

Neste trabalho, a experiência de educador anfíbio, popular e universitário, é retomada para analisar as raízes coloniais da inexperiência democrática e republicana brasileira.

Freire entendia que esta inexperiência compunha o tema central de seu trabalho: “a antinomia fundamental da realidade brasileira”, ou seja, “de um lado, a inexperiência democrática [...] e, de outro, a emersão do povo na vida pública nacional” (2003, p. 24).

No bojo de uma ampla mobilização educacional, as indagações de Freire sobre o papel da educação: educar para quê? Educar para dialogar, para conscientizar, para democratizar, para profissionalizar, assim formulando o conceito da “consciência transitiva crítica” enquanto chave de um processo educativo emancipador, sistemático e diretivo que entende que a leitura do mundo antecede a leitura da palavra.

Numa sociedade marcadamente excludente, sobretudo, num campo acadêmico elitizado, Freire ousava ao propor uma educação democrática com o povo e não para o povo.

É neste sentido que compreendo também os trabalhos publicados por Freire no calor da hora dos anos 1960 que questionam a prática do magistério superior, profissional e tecnológico, em artigo intitulado o “Professor Universitário como Educador”, quando diz: “o educador lúcido, responsável e humilde [...] está a exigir da Universidade uma crescente e corajosa abertura [...] para que preocupando-se real e verdadeiramente com o universal, não se sinta em contradição ao se preocupar com o local regional” (FREIRE, 1962, p. 47). Ou mesmo quando reivindica: “as universidades brasileiras cumprirão sua fundamental missão na

medida em que nós, seus professores, nos integremos às novas condições do país” (1962, p 47). Estas condições apontavam para competências cidadãs e profissionais que os movimentos sociais e o setor produtivo permanecem nos reivindicando.

Gostaria de continuar nossa reflexão a partir do ensaio “Educação como prática da liberdade”, publicado no Chile durante o exílio em 1965 e no Brasil em 1967.

O conceito de liberdade que perpassa toda obra e que para o autor deve nortear todo exercício de educação é a condição de realização efetiva de uma prática educativa transformadora. Através da proposta dos círculos de cultura, a liberdade ganha uma dimensão substantivamente ética.

O círculo de cultura é uma metodologia desenvolvida a partir das tradicionais rodas de conversa. Esta inovação pedagógica atendia a uma realidade carente de escolas e, por outro lado, visava transformar os aspectos assistencialistas da sala de aula num espaço dialógico e propositivo de ensino e aprendizagem, mas, sobretudo de transformação da realidade do discente.

A atualidade dos círculos de cultura será experimentada na apresentação dos trabalhos no III ENEX, mas podem, igualmente, contagiar todas as nossas atividades de extensão: núcleos, projetos, programas, eventos, cursos de formação inicial e continuada, dentre outras atividades.

Embora seu surgimento tenha se dado na diversidade das ruas, da periferia urbana e campesina, nada impede que a aplicação do mesmo se dê nos espaços tradicionais da escola, da sala de aula e do rés-do-trabalho. Para isto, basta um grupo de pessoas interessadas em ensinar-aprender através do debate e da transformação de temas subjetivos e coletivos que desafiam uma dada realidade territorial do qual são produtores/produzidos.

Freire previa que o trabalho do círculo se iniciava a partir da ação de educadores e educandos no reconhecimento mútuo dos sujeitos e das suas potencialidades. A pesquisa antropológica das palavras geradoras mapeava menos palavras de ordem do que expressões de passagem representativas das lutas cotidianas, sobretudo, políticas, sociais, culturais e ambientais.

Seus processos pedagógicos se dão a partir de discussões e de construções coletivas irredutíveis às doações do educador ao educando. Nesta práxis, a construção dos currículos e dos conteúdos torna-se inseparável dos processos de conscientização enquanto exercício da cidadania e da formação profissional e tecnológica.

A dialogação operada no círculo articula, assim, uma dimensão decisivamente prática da liberdade, pois apenas ganha sentido a partir da história de vida dos seus participantes e

seus territórios. Há, pois, uma tripla articulação: produção participativa de currículos e conteúdos, tomada de consciência da opressão e organização para luta pela emancipação.

Estas ideias estão, igualmente, presentes na obra “Comunicação ou Extensão?” (1983), na qual analisa os desafios de agrônomos e trabalhadores rurais debruçados na reforma agrária no Chile entre 1965 e 1967.

A sugestão da substituição da categoria de “extensão” por “comunicação” visa à modernização de um processo pedagógico assistencialista pautado na “transmissão”, “doação” e “domesticação”, por uma práxis humanizadora a partir dos desafios, dos desejos e dos saberes e fazeres das classes populares.

Assim concluí: “Se [aquele que faz extensão] não for capaz de crer [no povo, nos trabalhadores, nos estudantes] nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais” (FREIRE, 1983, p. 65 – tradução do autor).

Espero que a retomada dos primeiros trabalhos de Paulo Freire tenha contribuído com a discussão proposta. Busquei de tal modo, expressar como sua pedagogia se motiva numa crítica da opressão vivida por uma parcela significativa da população global no seio da sociedade capitalista e de sua luta por liberdade.

Se a inovação é entendida hoje como atividade que gera novos produtos e processos produtivos, assim, potencializando determinados setores, as práticas e as representações freireanas da educação popular aqui apresentados podem decisivamente contribuir com a práxis da extensão para uma revolução na educação profissional e tecnológica.

Por fim, não poderia deixar de sublinhar o belo paradoxo que atravessa a “Educação como prática da liberdade” como título de um trabalho redigido entre os interstícios das perseguições, das prisões e do exílio. Do contrário do que sinalizava uma faixa nas manifestações conservadoras ocorridas em março de 2015 – “Basta de Paulo Freire”, numa sociedade ainda marcada por desigualdades barrocas entre opressores e oprimidos, Paulo Freire nunca é o bastante: “Mais Paulo Freire! Mais Círculos de cultura!”.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Discurso do professor Paulo Freire, em Angicos, ao encerramento do curso de alfabetização de adultos** 1963.

Disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. A Educação de Adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos. CONGRESSO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTO, 2., 1958. Anais...[S.l.], 1958.

\_\_\_\_\_. Extensão ou comunicação. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (O Mundo, Hoje, v. 24).

\_\_\_\_\_. O professor universitário como educador. Estudos Universitários. **Revista de Cultura da Universidade do Recife**. v. 1. Recife: Imprensa Universitária, 1962.